



CARTA DOS POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DO PARANÁ À COP30

Nós, povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, camponeses, guardiões da biodiversidade do estado do Paraná, reunidos entre os dias 15 a 17 de julho de 2025, na sede da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (FETAEP), na cidade de Curitiba, participantes da oficina “Povos Tradicionais, Crise Climática e Caminhos de Luta”, vimos, por meio desta carta, reafirmar nossas lutas históricas e reivindicar direitos fundamentais para a proteção de nossos territórios, nossos modos de vida e a efetiva participação nas decisões políticas e nos espaços institucionais da COP 30, que será realizada em Belém-PA de 16 a 21 de novembro de 2025.

Em um momento de agravamento da crise climática global, reafirmamos que nós somos as guardiãs e guardiões da natureza, e que o reconhecimento dos nossos saberes, práticas e modos de vida é imprescindível para qualquer solução real à emergência climática. As políticas e negociações internacionais que ignoram essa premissa seguem reproduzindo injustiças, apagamentos e violações.

REIVINDICAMOS:

1. Participação efetiva, com poder de decisão, dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, camponeses nos espaços oficiais da COP 30, incluindo a “zona azul”, com garantia de transporte, hospedagem, alimentação, tradução, acessibilidade e segurança para nossas lideranças.
2. Rejeição às falsas soluções climáticas, como o modelo de mercado de carbono, por representarem a financeirização da natureza, sem enfrentar as verdadeiras causas da crise climática: o desmatamento, o modelo de monocultura e a produção de commodities do

agronegócio, os recortes históricos no uso de agrotóxicos, a mineração e produção de energias que impactam diretamente as comunidades tradicionais. As falsas soluções climáticas não asseguram políticas estruturais como a regularização fundiária de povos e comunidades tradicionais, reforma agrária popular, titulação dos territórios quilombolas e demarcação das terras indígenas. Denunciamos a presença e o financiamento de empresas poluidoras nos espaços da COP 30, enquanto nossas comunidades seguem criminalizadas e inviabilizadas de participar desse espaço.

3. Titulação, demarcação e regularização fundiária imediata de nossos territórios. Somente com a devida regularização territorial, teremos segurança para desenvolver nossos modos de vida e práticas tradicionais de manejo da terra e proteção da biodiversidade, que nos colocam na vanguarda da luta contra a crise climática. Denunciamos a morosidade e omissão estatal no andamento dos processos de regularização.

4. Proteção aos defensores e defensoras ambientais e climáticos, que vêm sendo perseguidos, criminalizados e assassinados por proteger seus territórios. Denunciamos o racismo ambiental, o epistemicídio de nossos saberes, e a omissão do Estado nas investigações e nas garantias de proteção de nossas vidas.

5. Reconhecimento e valorização dos nossos saberes e práticas tradicionais como centrais para o enfrentamento da crise climática. Defendemos o fortalecimento da agroecologia, da pesca artesanal, da medicina tradicional, da educação do campo, antirracista e anticolonial e da construção de políticas públicas que assegurem a geração de renda e desenvolvimento dos nossos territórios a partir dos nossos interesses.

6. Destinação direta de recursos financeiros de fundos climáticos às comunidades tradicionais, desburocratizado e de acesso adaptado de acordo com as nossas realidades, com mecanismos autônomos e transparentes de gestão, respeitando nossas formas de organização e governança, com meta de destinação e execução de ao menos 40% dos recursos climáticos.

7. Criação de espaços de governança climática com assentos dos povos e comunidades tradicionais na sua diversidade de representação, para que possamos construir, junto aos governos, políticas efetivas de transição ecológica justa, soberania alimentar e justiça socioambiental, tais como fóruns, conselhos municipais, estaduais e nacionais e por meio da construção de instrumentos de planos de gestão territorial.

8. Combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos e de transgênicos, à mineração, à especulação imobiliária e às queimadas, que afetam diretamente nossos corpos, nossos alimentos, nossas águas e nossas florestas.

9. Garantia, proteção e efetivo cumprimento do direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, como garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho para Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Brasil em 2003. Defendemos nosso direito ao consentimento ou à negativa frente a projetos que impactem nossas vidas. Rechaçamos os megaprojetos de infraestrutura, monocultivos e empreendimentos turísticos que impactam os nossos territórios e violam nosso direito de dizer não a tudo que afete a nós e nossos territórios.

10. Aprovação do Projeto de Lei Federal nº 572/2022 que propõe responsabilização das empresas por violações de direitos humanos, abrangendo toda a cadeia produtiva. Suspensão da Lei Estadual nº 22.252/2024 que fragiliza o instrumento do licenciamento ambiental no Paraná.

Reafirmamos que o Brasil só será uma liderança climática mundial se ouvir, valorizar, respeitar e garantir os direitos dos povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e camponeses que historicamente preservam os biomas. Sem territórios, não há justiça climática.

A COP 30 deve ser a COP dos Povos. Sem a presença e o protagonismo de quem vive e protege os territórios nenhuma decisão será legítima ou efetiva. Somos nós que plantamos, preservamos, resistimos e vivemos as consequências da crise climática. Somos nós que temos as respostas. Nada sobre nós sem nós.

Curitiba, 17 de julho de 2025.

ASSINAM

1. Cacique Cornelio Veravy Alves, Tekoha Vy a Renda, Santa Helena/PR, Território Guasu Guavira, e conselheiro do CEPI-PR
2. Cacique Izaias Benites, Tekoha Arakoe, Terra Roxa/PR, Território Guasu Guavira, e conselheiro do CEPI-PR
3. Hilmar Caceres, Tekoha Arakoe, Terra Roxa/PR, Território Guasu Guavira.
4. Raquel Soleda Martins Rodrigues, representante da Tekoha Karumbey, Guáira/PR, Território Guasu Guavira.
5. Associação Remanescente de Quilombos de Gramadinho/PR e região
6. AUETO - Coletivo de lideranças adeptos e praticantes das Culturas de Matriz Africana e Afrobrasileira.
7. Comunidade de Remanescentes de quilombos rurais de Rio Verde
8. Quilombo Invernada Paiol de Telha
9. Coletivo Paiol das Artes
10. Terra de Direitos
11. Comunidade Quilombola Três Barras

12. Comunidade Tradicional de Nativos Ilha do Mel de Nova Brasília, Farol e Praia Grande
13. Comunidade Quilombola da Família Xavier - Arapoti/PR
14. Quilombo da Restinga - Lapa/PR
15. Comunidades Quilombolas de Castro/PR
16. Fórum de povos e comunidades tradicionais de Guaraqueçaba
17. Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista
18. Comunidade Quilombola Castorina Maria da Conceição
19. ReSA Rede de Sementes da Agroecologia
20. Comunidade Quilombola Tobias Ferreira
21. Associação de Pequenos Produtores Rurais para Sustentabilidade da Mata Atlântica Filhos da Terra
22. Associação dos Ilhéus Atingidos pelo Parque Nacional de Ilha Grande e APA Federal do Rio Paraná (APIG)
23. Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná
24. MOIRPA – Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná.
25. Associação da comunidade Negra Rural da Água morna